

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026

Processo Administrativo nº 77/2026

O Município de Atalaia Pr, Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o a Prefeitura Municipal de Atalaia, Estado do Paraná, por meio do Setor de Licitações, Pregoeiro designado pela Portaria nº 01/2026, sediada na Praça José Bento dos Santos, 2, Paço Municipal, Bairro Centro, na cidade de Atalaia/PR, CEP: 87630-000, realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, **Lei Municipal 1416/2022**, além do Decreto Municipal nº 150/2022 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 hrs do dia 20/07/2026 até às 08h00hrs do dia 30/07/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h00min às 08h30min horas do dia 30/07/2026

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09:00 horas do dia 30/07/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: <https://bnc.org.br>

FORMA DE DISPUTA: ABERTO.

CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO

PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO: LOCAL E REGIONAL LEI 1416/2022.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de limpeza, higiene, conservação, descartáveis e utensílios domésticos, mediante realização de Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, visando atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais e demais órgãos integrantes da Administração Pública do Município de Atalaia/PR, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA REFERENCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Acendedor de fogão tipo click, indicado para fogão, churrasqueira e velas, com acionamento mecânico seguro, design ergonômico e gancho retrátil quando aplicável. Produto deverá apresentar funcionamento adequado, boa durabilidade e ausência de falhas no acionamento. Apresentar amostra.	-	500	22,00	11.000,00
2.	Água sanitária, embalagem de 1 litro, produto saneante alvejante e desinfetante de uso geral, à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5% p/p. O produto deverá estar regularizado perante a ANVISA, por registro ou notificação, conforme enquadramento sanitário vigente, com validade mínimo de 12 meses. A embalagem deverá ser original do fabricante, lacrada, resistente, contendo rótulo com nome e CNPJ do fabricante, endereço, composição, teor de cloro ativo, modo de uso, advertências, lote, data de fabricação, validade, responsável técnico quando aplicável e número de regularização na ANVISA, quando exigível. O produto deverá ser entregue com, no mínimo, 75% do prazo de validade vigente na data da entrega apresentar amostra.	ALPES GIRANDO-SOL QBOA	4000	4,01	16.040,00
3.	Álcool em gel antisséptico para higienização das mãos, concentração 70º INPM, embalagem de 500 ml com válvula pump, sem fragrância, sem corante e dermatologicamente adequado ao uso em pele.	SUPER VALE ARAUCARIA SOL	500	8,10	4.050,00

	Deverá conter álcool etílico, agente gelificante, neutralizante, umectante e água purificada/deionizada, conforme formulação regularizada. O produto deverá estar regularizado junto à ANVISA como cosmético, medicamento ou saneante, conforme sua finalidade e enquadramento legal. A embalagem deverá apresentar rótulo com identificação do fabricante, CNPJ, composição, lote, validade, modo de uso, advertências, número de autorização/regularização quando exigível e demais informações legais. Entregar com, no mínimo, 75% do prazo de validade vigente. Apresentar amostra				
4.	Álcool etílico hidratado 46% INPM, embalagem de 1 litro, indicado para limpeza geral de superfícies, com embalagem original, lacrada e resistente. O produto deverá estar regularizado junto à ANVISA, quando aplicável, e apresentar rótulo contendo identificação do fabricante, CNPJ, composição, concentração alcoólica, lote, validade, modo de uso, advertências de inflamabilidade e armazenamento seguro. Entregar com, no mínimo, 75% do prazo de validade vigente. Apresentar amostra	ARAUCARIA COPERALCOOL MUIBOM	1500	7,45	11.175,00
5.	Amaciante embalagem de 500 ml concentrado composição água, sal quaternário de amônio (metil sulfato de dialquilester hidroxietil metil amônio) como agente ativo, fragrância, conservante (benzotiazolinona), coadjuvantes, atenuador de espuma, espessante e corantes. Apresentar amostra	CONFORT, DOWNY GIRANDO SOL	400	12,58	5.032,00
6.	APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL C/ 2 UNIDADES, com 2 lâminas de aço inoxidável, revestidas por cromo, materiais que proporcionam um corte rente e eficaz, e que não irritam a pele. Apresentar amostra	BIC GILLETTE LORD	100	5,68	568,00
7.	Bateria alcalina 9 volts, embalagem original lacrada, com longa duração e conformidade com normas do INMETRO aplicáveis. Produto deverá apresentar validade impressa, identificação do fabricante e ausência de vazamentos ou deformações. Apresentar amostra.	-	30	23,73	711,90
8.	Bateria tipo moeda CR2032, 3V, embalagem original lacrada, com boa durabilidade e conformidade com normas do INMETRO aplicáveis. Produto deverá apresentar identificação do fabricante, validade impressa e ausência de vazamentos ou deformações. Apresentar amostra.	-	30	6,35	190,50
9.	Borrifador pulverizador plástico multiuso, capacidade de 500 ml, com gatilho resistente, regulagem de jato/spray quando aplicável e frasco transparente ou translúcido com graduação visível. Produto deverá apresentar vedação adequada, acionamento eficiente e ausência de vazamentos. Apresentar amostra.		50	9,33	466,50
10.	Condicionador infantil desenvolvido com glicerina vegetal, fórmula suave e segura, com pH fisiológico, hipoalergênico e dermatologicamente testado. Livre de corantes, parabenos, sulfatos, silicones e ftalatos, proporcionando hidratação, maciez e fácil desembaraço dos cabelos infantis sem agredir o couro cabeludo. Embalagem contendo no mínimo 200 ml. Produto de referência ou equivalente em qualidade. Apresentar amostra		200	19,00	3.800,00
11.	Copo descartável para água, confeccionado em poliestireno branco ou translúcido, atóxico, com capacidade mínima de 180 ml, acondicionado em pacotes contendo 100 (cem) unidades. Os copos	CRISTALCOPO COPOBRAS COPOSUL	5000	6,90	34.500,00

	deverão apresentar resistência adequada ao uso, ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas. Os pacotes deverão estar íntegros, lacrados e acondicionados em caixas de papelão resistentes. Produto em conformidade com a norma ABNT NBR 14.865/2012. Apresentar amostra				
12.	Copo descartável para café, confeccionado em poliestireno branco, atóxico, com capacidade de 50 ml e peso mínimo de 0,75 gramas por unidade. Fabricado em resina termoplástica de qualidade, com ou sem aditivos e pigmentos autorizados. Os copos deverão ser homogêneos, resistentes, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas, rebarbas ou qualquer tipo de sujidade. Embalagem contendo 50 unidades, devidamente identificada com nome do fabricante, quantidade, capacidade, peso mínimo e demais informações exigidas pela legislação vigente. Apresentar amostra	CRISTALCOPO COPOBRAS COPOSUL	800	3,38	2.704,00
13.	Creme dental com ação anticárie, formulado para promover limpeza eficaz, proteção dos dentes e higiene bucal diária, contendo flúor em concentração permitida pela legislação vigente. Produto com sabor suave, textura homogênea e seguro para uso diário. Embalagem contendo no mínimo 90 g, com registro nos órgãos competentes e Apresentar amostra		100	7,40	740,00
14.	Desinfetante líquido de uso geral, ação bactericida/germicida, fragrância eucalipto, lavanda ou similar, embalagem de 2 litros. Produto saneante regularizado perante a ANVISA, por registro ou notificação, conforme classificação de risco. A embalagem deverá conter rótulo com identificação do fabricante, CNPJ, composição, princípio ativo, indicação de uso, modo de diluição quando houver, lote, validade, advertências, responsável técnico quando exigível e número de regularização na ANVISA quando aplicável. Entregar com, no mínimo, 75% do prazo de validade vigente Apresentar amostra..	ALPES BIOKRIS GIRANDO SOL	2500	7,50	18.750,00
15.	Detergente líquido neutro, biodegradável, embalagem mínima de 500 ml, com tampa dosadora. Produto saneante regularizado junto à ANVISA. Deverá apresentar pH entre 6,5 e 7,5, boa formação de espuma, rendimento satisfatório, ação desengordurante e completa solubilidade em água. Composição mínima: tensoativo aniônico biodegradável, conservante, espessante, sequestrante, fragrância, corante quando aplicável e água. A embalagem deverá conter identificação do fabricante, CNPJ, composição, lote, validade, modo de uso, advertências e regularização sanitária apresentar amostra.	YPÊ LIMPOL MINUANO	4000	3,01	12.040,00
16.	Embalagem plástica transparente para acondicionamento e conservação de alimentos, indicada para uso em freezer e refrigeração, em bobina picotada reforçada. Medidas aproximadas de 28 x 40 cm, com capacidade para até 5 kg. Produto resistente, atóxico, de fácil destacamento, acondicionado em rolo contendo 50 unidades. Apresentar amostra		600	6,27	3.762,00
17.	Embalagem plástica transparente para acondicionamento e conservação de alimentos, apropriada para freezer e refrigeração, em bobina		600	7,73	4.638,00

	picotada reforçada. Medidas aproximadas de 34 x 49 cm, com capacidade para até 7 kg. Produto resistente, atóxico, de fácil destacamento, acondicionado em rolo contendo 50 unidades. Apresentar amostra				
18.	Embalagem plástica transparente para acondicionamento e conservação de alimentos, própria para uso em freezer e refrigeração, em bobina picotada reforçada. Medidas aproximadas de 25 x 35 cm, com capacidade para até 3 kg. Produto resistente, atóxico, de fácil destacamento, acondicionado em rolo contendo 50 unidades. Apresentar amostra		600	6,17	3.702,00
19.	Escova dental com cerdas macias e ação antibacteriana, indicada para higiene bucal diária, proporcionando limpeza eficiente sem agredir gengivas e dentes. Cabo anatômico e resistente, com formato que facilite o manuseio. Produto confeccionado com materiais atóxicos, duráveis e seguros, adequado para uso infantil ou adulto conforme amostra apresentada. Apresentar amostra		100	4,93	493,00
20.	Escova para lavar roupas, formato oval ou anatômico, confeccionada em material plástico resistente, com cerdas firmes e bem fixadas, adequadas para limpeza de tecidos sem desprendimento excessivo. Produto deverá apresentar acabamento regular e resistência ao uso contínuo. Apresentar amostra.		100	6,07	607,00
21.	Escova para limpeza de vaso sanitário com suporte, confeccionada em plástico resistente, com cerdas firmes e bem fixadas, adequada para higienização sanitária. O suporte deverá permitir armazenamento higiênico da escova. Produto sem rachaduras, rebarbas ou deformações. Apresentar amostra.		70	13,98	978,60
22.	Esponja de lã de aço, pacote com no mínimo 8 unidades, peso mínimo de 45 g, composta por aço carbono, indicada para limpeza doméstica e institucional. Produto íntegro, sem excesso de oxidação, fragmentação ou impurezas. Embalagem contendo identificação do fabricante, composição, quantidade, peso líquido, lote e validade quando aplicável. Apresentar amostra	ASSOLAN BOMBRIL QLUSTRO	1000	2,87	2.870,00
23.	Esponja dupla face para limpeza de louças e superfícies, com uma face em espuma de poliuretano e outra em fibra sintética abrasiva, dimensões aproximadas de 75 mm x 110 mm x 20 mm. Produto íntegro, resistente, sem deformações, com boa aderência entre as faces. Embalagem com 3 unidades, contendo identificação do fabricante, quantidade, composição e lote. Apresentar amostra	SCOTH BRITE BETANIN ESFREBOM	1200	4,89	5.868,00
24.	Esponja vegetal natural para banho, confeccionada a partir de fibras vegetais resistentes e biodegradáveis, indicada para higiene corporal, esfoliação suave e remoção de impurezas da pele. Produto de textura macia a média, proporcionando limpeza eficiente sem agredir a pele. Deve apresentar boa durabilidade, secagem rápida e ser isenta de odores ou resíduos impróprios. Apresentar amostra		200	6,17	1.234,00
25.	Esponja/Bucha para banho corporal, confeccionada em material macio, resistente e de alta durabilidade, adequada para higiene pessoal diária, proporcionando limpeza eficiente e conforto durante		200	7,70	1.540,00

	o uso. Produto atóxico, de fácil higienização e secagem rápida. Apresentar amostra				
26.	Filme plástico em PVC transparente, indicado para acondicionamento e conservação de alimentos, resistente, flexível e aderente. Próprio para uso doméstico e institucional, garantindo proteção e higiene dos alimentos. Acondicionado em rolo medindo aproximadamente 15 cm de largura por 38 metros de comprimento. Apresentar amostra		100	12,60	1.260,00
27.	Filtro descartável para café nº 103, confeccionado em papel apropriado para contato com alimentos, embalagem contendo 20 unidades. Produto deverá apresentar boa resistência durante o preparo, ausência de rasgos, furos ou deformações. Embalagem contendo identificação do fabricante, quantidade e lote. Apresentar amostra.		100	5,00	500,00
28.	Filtro permanente para café, embalagem com 1 unidade, confeccionado em material apropriado para contato com alimentos, reutilizável, resistente ao uso contínuo e de fácil higienização. Produto deverá apresentar boa filtragem, encaixe adequado e ausência de deformações. Apresentar amostra.		200	17,40	3.480,00
29.	Fósforo com no mínimo 240 palitos longos, acondicionado em embalagem resistente. Os palitos deverão apresentar comprimento uniforme, boa combustão e cabeça íntegra. Produto deverá atender às normas de segurança aplicáveis. Embalagem contendo identificação do fabricante e lote. Apresentar amostra.		300	6,43	1.929,00
30.	Fralda descartável infantil tamanho G, com alta capacidade de absorção, barreiras antivazamento, ajuste anatômico e toque macio, proporcionando conforto e proteção à criança. Produto dermatologicamente testado, com material hipoalergênico e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote contendo 16 unidades. Apresentar amostra		100	41,70	4.170,00
31.	Fralda descartável infantil tamanho M, desenvolvida com material macio e confortável, contendo barreiras antivazamento, ajuste anatômico e alta absorção. Produto dermatologicamente testado, com fitas adesivas reposicionáveis e camada interna suave para maior proteção da pele da criança. Pacote contendo 08 unidades. Apresentar amostra		100	25,87	2.587,00
32.	Fralda descartável infantil tamanho P, confeccionada em material macio, hipoalergênico e dermatologicamente testado, com barreiras antivazamento e ajuste confortável ao corpo do bebê. Possui alta absorção e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote contendo 10 unidades. Apresentar amostra		200	36,00	7.200,00
33.	Fralda infantil tamanho P, com sistema de absorção especial para coco líquido, indicador de umidade, ajuste anatômico confortável e flexível, além de barreiras antivazamento. Produto confeccionado com materiais macios e dermatologicamente testados, proporcionando proteção e conforto ao bebê. Pacote contendo 40 unidades. Apresentar amostra		200	58,00	11.600,00
34.	Garfo plástico descartável para sobremesa, pacote com 50 unidades, confeccionado em material atóxico resistente, adequado para contato com alimentos. Produto deverá apresentar acabamento regular, sem rebarbas ou deformações, com resistência compatível ao uso. Apresentar amostra.		50	11,30	565,00
35.	Guardanapo de papel, medidas aproximadas de 30 cm x 30 cm, cor branca, macio, absorvente e		400	3,97	1.588,00

	resistente ao uso. Produto deverá ser homogêneo, sem manchas, furos ou excesso de pó. Embalagem contendo identificação do fabricante, quantidade e lote. Apresentar amostra.				
36.	Hastes flexíveis com pontas de algodão macio, firmemente fixadas nas extremidades, indicadas para higiene pessoal e cuidados delicados. Produto atóxico, seguro e dermatologicamente testado, ideal para limpeza de áreas sensíveis e aplicação precisa de medicamentos. Embalagem contendo no mínimo 75 unidades, devidamente lacrada e identificada conforme legislação vigente. Apresentar amostra		200	6,20	1.240,00
37.	Hidróxido de sódio em escamas (soda cáustica), embalagem de 1 kg, acondicionado em embalagem resistente e segura. Produto deverá conter identificação do fabricante, CNPJ, composição, lote, validade, orientações de uso, advertências de risco químico e armazenamento seguro, conforme legislação aplicável. Apresentar amostra.	SODABEL INDAIAL ALPES	50	36,37	1.818,50
38.	Inseticida aerossol de ação eficaz contra mosquitos, pernilongos, moscas, baratas, formigas e outros insetos domésticos. Produto de rápida ação, acondicionado em embalagem aerossol contendo no mínimo 300 ml, com registro nos órgãos competentes e instruções de uso no rótulo. Apresentar amostra	SBP BAYGON MORTEIN RAID	500	18,77	9.385,00
39.	Isqueiro grande, descartável, com selo holográfico do INMETRO, cores variadas, mecanismo de acionamento seguro e chama estável. Produto deverá apresentar boa durabilidade, funcionamento regular e ausência de vazamentos. Embalagem contendo identificação do fabricante e certificação aplicável. Apresentar amostra.		150	7,60	1.140,00
40.	Lenço umedecido macio, resistente e dermatologicamente testado, indicado para higiene e limpeza delicada da pele. Produto hipoalergênico, suave, sem álcool etílico e adequado para uso infantil. Embalagem contendo 48 unidades, devidamente lacrada para conservação da umidade. Apresentar amostra		200	17,77	3.554,00
41.	Limpa Alumínio 500ml produto líquido para limpeza de alumínio, tampa dosadora; composição: tensoativa aniônico não tóxico, abrasivos, biodegradável, sabão coadjuvante, corante azul, água, glicerina e ácido sulfônico; acondicionado em frasco de 500 ml, apresentando rotulagem contendo nome do fabricante, telefone e endereço, instruções gerais de uso, nome do responsável técnico, data de validade, procedência, número do lote, registro no ministério da saúde ou notificado na ANVISA; entregar o produto com no mínimo 12 meses antes da data de validade; embalagem com 500 ml. Apresentar amostra	ALPES BIOKRIS MAGIC BRILHO	100	5,98	598,00
42.	Limpador multiuso indicado para limpeza de superfícies laváveis, eficaz na remoção de gordura, sujeiras e manchas superficiais. Produto formulado à base de tensoativos, solventes, alcalinizantes e agentes de controle de pH, proporcionando limpeza eficiente sem danificar as superfícies. Embalagem contendo 500 ml apresentar amostra..	YPÊ VEJA UAU	3000	5,65	16.950,00
43.	Luva descartável confeccionada em látex natural com amido, ambidestra, resistente e confortável, indicada para procedimentos de higiene, limpeza e manipulação em geral. Disponível nos tamanhos P,		100	43,63	4.363,00

	M, G e GG. Caixa contendo 100 unidades. Apresentar amostra				
44.	Luva multiuso confeccionada em látex natural resistente, indicada para limpeza e manuseio de produtos químicos domésticos. Possui forro interno em algodão, formato anatômico e comprimento aproximado de 30 cm, proporcionando conforto, proteção e durabilidade. Disponível nos tamanhos P, M, G e GG. Apresentar amostra		500	6,83	3.415,00
45.	Odorizador de ambiente em aerossol, indicado para perfumar e neutralizar odores em ambientes internos. Produto de fragrância agradável, ação prolongada e embalagem resistente. Apresentar amostra		1000	16,97	16.970,00
46.	Pá de lixo plástica, dimensões aproximadas de 24 cm x 16,5 cm x 7 cm, com cabo longo em madeira revestida ou material equivalente resistente. Produto deverá possuir boa resistência, encaixe firme entre cabo e pá, sem rachaduras, deformações ou rebarbas. Apresentar amostra.		100	12,33	1.233,00
47.	Palha de aço fina nº 01, indicada para limpeza doméstica e institucional, acondicionada em embalagem original do fabricante. Produto deverá apresentar uniformidade, ausência de ferrugem excessiva, impurezas ou fragmentação anormal. Embalagem contendo identificação do fabricante, lote e composição. Apresentar amostra.		50	3,63	181,50
48.	Palito de dente em madeira, embalagem com 200 unidades, produto íntegro, uniforme, sem farpas excessivas ou deformações. Embalagem contendo identificação do fabricante, quantidade e lote. Apresentar amostra.		150	3,07	460,50
49.	Pano para limpeza de chão xadrez confeccionado em tecido resistente, absorvente e de alta durabilidade, indicado para limpeza geral de pisos e superfícies. Medidas aproximadas de 70 x 50 cm. Apresentar amostra		2500	8,32	20.800,00
50.	Papel alumínio em rolo, indicado para acondicionamento, preparo e conservação de alimentos. Produto resistente, flexível e de fácil manuseio, medindo aproximadamente 45 cm de largura por 7,5 metros de comprimento. Apresentar amostra		300	8,38	2.514,00
51.	Papel higiênico folha dupla, confeccionado em celulose virgem, cor branca, macio e absorvente, picotado, com dimensões aproximadas de 10 cm x 30 metros por rolo. Embalagem contendo 4 unidades. Apresentar amostra	MILLI CISNE DELICATE PALOMA	500	7,60	3.800,00
52.	Papel toalha em rolo, embalagem com 2 rolos, folha absorvente, resistente e de boa maciez. Produto deverá apresentar uniformidade, ausência de manchas, rasgos, excesso de pó ou odor desagradável. Embalagem contendo identificação do fabricante, quantidade, metragem quando aplicável e lote. Apresentar amostra.		1000	7,37	7.370,00
53.	Papel toalha interfolhado, branco, não reciclado, com 2 dobras, medindo aproximadamente 21 x 20 cm, acondicionado em embalagem resistente ao armazenamento. Produto macio, absorvente e adequado para higiene das mãos. Embalagem contendo 1.000 folhas, com identificação do fabricante conforme normas do INMETRO. Apresentar amostra	AVEFLOR BELAPEL TROPICOS	2500	16,24	40.600,00
54.	Pilha alcalina tipo AA, embalagem com 4 unidades, livre de mercúrio e cádmio, com longa duração e boa	ELGIN	500	11,68	5.840,00

	estabilidade energética. Produto deverá atender às normas do INMETRO aplicáveis, apresentar validade impressa e embalagem original lacrada. Apresentar amostra	PANASONIC PHILIPS			
55.	Pilha alcalina tipo AAA, embalagem com 2 unidades, livre de mercúrio e cádmio, com longa duração e boa estabilidade energética. Produto deverá atender às normas do INMETRO aplicáveis, apresentar validade impressa e embalagem original lacrada. Apresentar amostra	ELGIN PANASONIC PHILIPS	500	11,93	5.965,00
56.	Prato plástico descartável para sobremesa, pacote com 10 unidades, confeccionado em material atóxico resistente, adequado para contato com alimentos. Produto deverá apresentar acabamento regular, sem rachaduras, deformações ou rebarbas. Apresentar amostra.		100	4,27	427,00
57.	Prendedor de roupas em plástico resistente, embalagem com 12 unidades, com mola metálica resistente à oxidação e boa pressão de fixação. Produto deverá apresentar acabamento regular, ausência de rebarbas e resistência ao uso contínuo. Apresentar amostra.		200	3,40	680,00
58.	Querosene perfumado/removedor tradicional, embalagem de 500 ml, indicado para limpeza conforme orientação do fabricante. Produto deverá possuir embalagem original resistente, lacrada, contendo identificação do fabricante, CNPJ, composição, lote, validade, advertências de inflamabilidade e modo de uso. Produto regularizado perante órgão competente quando exigível. Apresentar amostra.		50	22,43	1.121,50
59.	Rodo de espuma abrasivo dupla face, largura mínima de 40 cm, com base resistente, espuma de boa densidade e face abrasiva adequada para limpeza de pisos e superfícies laváveis. Cabo com comprimento mínimo aproximado de 1,20 m, bem fixado à base. Produto sem deformações, rachaduras ou falhas de acabamento. Apresentar amostra.		200	15,90	3.180,00
60.	Rodo duplo, largura mínima de 60 cm, base plástica resistente ou material equivalente, com borracha dupla flexível e aderente, cabo rosqueável ou fixo com comprimento mínimo aproximado de 1,20 m. Produto deverá apresentar boa fixação entre cabo e base, sem rebarbas, rachaduras ou deformações. Apresentar amostra.		200	16,37	3.274,00
61.	Sabão em barra glicerinado, neutro e multiuso, de primeira qualidade, acondicionado em embalagem contendo 5 unidades de 180 g cada. Composição básica contendo sabão à base de ácidos graxos, glicerina, conservante, sal inorgânico e água. Produto dermatologicamente testado, com identificação do fabricante, lote, validade e composição no rótulo. Apresentar amostra	YPÊ GIRANDO SOL ALPES	300	15,57	4.671,00
62.	Sabão em pó de alta eficiência para lavagem de roupas, contendo tensoativo biodegradável, enzimas, branqueador óptico e tecnologia de controle de odores. Produto com pó ultrafino, indicado para remoção de sujeiras e manchas diversas. Embalagem contendo 800 g ou mais. Apresentar amostra	OMO BRILHANTE TIXAN	2000	16,27	32.540,00
63.	Sabão líquido biodegradável para lavagem de roupas e limpeza geral, original do fabricante, contendo registro nos órgãos competentes, composição, modo de uso, data de fabricação, validade e identificação do fabricante no rótulo. Embalagem contendo 1 litro,	GIRANDO SOL TIXAN YPÊ	200	16,37	3.274,00

	com prazo de validade mínimo de 12 meses. Apresentar amostra				
64.	Sabonete infantil glicerinado, dermatologicamente testado, formulado com ingredientes suaves para limpeza delicada da pele infantil. Composto de sabão base, sorbitol, EDTA tetrassódico, fragrância e água. Embalagem individual contendo no mínimo 75 g, com validade mínima de 12 meses. Apresentar amostra	POMPOM GRANADO JOHNSON	200	4,87	974,00
65.	Sabonete líquido infantil hipoalergênico, dermatologicamente testado, indicado para pele sensível, proporcionando limpeza suave da cabeça aos pés. Produto de fórmula delicada, adequado para uso diário infantil. Embalagem contendo entre 180 ml e 200 ml. Apresentar amostra	POMPOM GRANADO JOHNSON	200	29,67	5.934,00
66.	Sabonete líquido tipo perolado, indicado para higiene das mãos, formulado com lauril éter sulfato de sódio, ácido cítrico, agente perolizante, conservante e água. Produto acondicionado em embalagem individual contendo 5 litros, com validade mínima de 12 meses. Apresentar amostra		500	41,33	20.665,00
67.	Saco de papel para pipoca, cor branca, aproximada de 1 kg, pacote com 500 unidades. Produto confeccionado em papel apropriado para contato com alimentos, íntegro, resistente e sem odor. Embalagem contendo identificação do fabricante, quantidade e lote. Apresentar amostra.		200	44,63	8.926,00
68.	Saco plástico para lixo com capacidade de 100 litros, espessura mínima de 0,08 micras, cor preta, confeccionado em polipropileno resistente. Embalagem contendo 100 unidades. Produto em conformidade com as normas ABNT NBR. Apresentar amostra.	GIOPACK PASZOM ESTRELA	1000	67,33	67.330,00
69.	Saco plástico para lixo com capacidade de 15 litros, medindo aproximadamente 39 cm x 58 cm, com capacidade mínima de suporte de 3 kg. Produto resistente, adequado para coleta de resíduos leves. Embalagem contendo 40 unidades. Apresentar amostra	GIOPACK PASZOM ESTRELA	250	14,17	3.542,50
70.	Saco plástico para lixo com capacidade de 150 litros, espessura mínima de 8 micras, cor preta, confeccionado em polipropileno resistente, indicado para acondicionamento de resíduos em geral. Embalagem contendo 100 unidades. Produto em conformidade com as normas ABNT NBR. Apresentar amostra.	GIOPACK PASZOM ESTRELA	500	80,33	40.165,00
71.	Saco plástico para lixo com capacidade de 30 litros, medindo aproximadamente 59 cm x 62 cm, com capacidade mínima de suporte de 6 kg. Produto resistente e adequado para acondicionamento de resíduos em geral. Embalagem contendo 20 unidades. Apresentar amostra	GIOPACK PASZOM ESTRELA	1000	16,77	16.770,00
72.	Saco plástico para lixo com capacidade de 60 litros, cor preta, confeccionado em polipropileno resistente, adequado para coleta de resíduos em geral. Embalagem contendo 100 unidades. Produto em conformidade com as normas ABNT NBR. Apresentar amostra.	GIOPACK PASZOM ESTRELA	1000	30,23	30.230,00
73.	Saco plástico transparente para geladinho/chup-chup, embalagem com aproximadamente 95 unidades, confeccionado em material atóxico apropriado para contato com alimentos. Produto deverá apresentar boa vedação, resistência e ausência de furos ou deformações. Embalagem		300	9,07	2.721,00

	contendo identificação do fabricante, quantidade e lote. Apresentar amostra.				
74.	Shampoo infantil formulado com glicerina de origem natural, proporcionando limpeza suave, hidratação e proteção contra o ressecamento dos cabelos. Fórmula “chega de lágrimas”, suave aos olhos, adequada para uso infantil diário. Embalagem contendo 200 ml. Apresentar amostra	200	27,97	5.594,00	
75.	Tapete de porta, medidas aproximadas de 50 cm x 70 cm, confeccionado em algodão ou material equivalente resistente, com boa absorção e acabamento regular. Produto deverá apresentar resistência ao uso contínuo, ausência de deformações e acabamento sem falhas. Apresentar amostra.	100	35,00	3.500,00	
76.	Touca sanfonada descartável, cor branca, pacote com 100 unidades, confeccionada em TNT ou material equivalente, com elástico resistente e boa cobertura capilar. Produto deverá apresentar integridade, elasticidade adequada e ausência de rasgos ou falhas de fabricação. Apresentar amostra.	200	16,40	3.280,00	
77.	Vassoura caipira com cabo, confeccionada com palha ou material vegetal resistente, devidamente amarrada e fixada ao cabo durante a confecção. Produto deverá apresentar boa densidade de palha, firmeza na amarração, cabo resistente e ausência de partes soltas que comprometam o uso. Apresentar amostra.	500	31,33	15.665,00	
78.	Vassoura de nylon, cepa em polipropileno, dimensões aproximadas de 4 cm x 24,5 cm x 5 cm, com cerdas de nylon tipo plumada, comprimento mínimo de 12 cm, mínimo de 50 tufo, cabo revestido em polipropileno com comprimento aproximado de 1,20 m, rosca resistente e gancho para armazenamento. Produto deverá apresentar cerdas firmes, boa fixação ao cabo e acabamento sem rebarbas. Apresentar amostra.	250	12,57	3.142,50	

LOTE 2- UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Balde para construção civil, capacidade mínima de 12 litros, confeccionado em plástico resistente de alta durabilidade, com alça metálica galvanizada ou reforçada. Produto deverá suportar uso contínuo, transporte de materiais e líquidos sem deformações, rachaduras ou rompimentos. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	50	18,00	900,00
2.	Caçarola/panela industrial tamanho nº 60, confeccionada em alumínio resistente de alta durabilidade, indicada para preparo de alimentos em grande quantidade em cozinhas industriais e institucionais. Produto com acabamento reforçado, espessura adequada para uso intenso, alças laterais firmes e resistentes ao calor, proporcionando segurança e praticidade no manuseio. Deve possuir tampa compatível com encaixe adequado. Produto de fácil higienização, resistente ao uso contínuo e compatível com fogão a gás. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	2	621,67	1.243,34
3.	Caixa térmica/frigorífica com capacidade mínima de 5 litros, confeccionada em material plástico resistente e de alta durabilidade, com isolamento térmico eficiente para conservação de alimentos e bebidas quentes ou frias. Produto com tampa de encaixe seguro, alça para transporte e fácil higienização. Indicada para uso doméstico e institucional. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	5	51,63	258,15
4.	Caixa térmica/frigorífica com capacidade mínima de 10 litros, confeccionada em material plástico resistente e de alta durabilidade, com isolamento térmico eficiente para conservação de alimentos e bebidas quentes ou frias. Produto com tampa de encaixe seguro, alça resistente para transporte e superfície de fácil	3	61,97	185,91

	higienização. Indicada para uso doméstico e institucional. Apresentar catálogo e fotos como amostra.			
5.	Caixa térmica/frigorífica com capacidade mínima de 15 litros, confeccionada em material plástico resistente e de alta durabilidade, com isolamento térmico eficiente para conservação de alimentos e bebidas quentes ou frias. Produto com tampa de encaixe seguro, alça resistente para transporte e fácil higienização. Indicada para uso doméstico e institucional. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	3	71,53	214,59
6.	Garrafa térmica de pressão com capacidade para 1 litro, indicada para conservação térmica de bebidas quentes ou frias, especialmente café. Fabricada em material resistente, com sistema de acionamento por pressão, ampola interna de alta eficiência térmica e tampa vedante. Produto de fácil higienização e durabilidade. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	10	73,83	738,30
7.	Garrafa térmica de pressão com capacidade para 2 litros, indicada para conservação térmica de bebidas quentes ou frias, especialmente café. Fabricada em material resistente, com sistema de acionamento por pressão, ampola interna de alta eficiência térmica e tampa vedante. Produto resistente, de fácil higienização e longa durabilidade. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	50	128,00	6.400,00
8.	Kit composto por caçarolas/panelas industriais nos tamanhos nº 28, 30, 36, 40, 45, 50, confeccionadas em alumínio resistente de alta durabilidade, indicadas para preparo de alimentos em grande quantidade. Produtos com acabamento reforçado, espessura adequada para uso contínuo, alças laterais firmes e resistentes ao calor, proporcionando segurança e praticidade no manuseio. Cada unidade deverá possuir tampa compatível com perfeito encaixe. Indicado para uso institucional, cozinhas industriais e preparo de refeições em grande escala. Produtos de fácil higienização, resistentes ao uso intenso e compatíveis com fogão a gás. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	3	1.565,00	4.695,00
9.	Kit composto por 01 colher grande, 01 concha funda, 01 concha rasa e 01 escumadeira, confeccionados em material resistente e de alta durabilidade, com cabo longo medindo aproximadamente 60 cm. Produtos indicados para preparo e manuseio de alimentos em cozinhas industriais e institucionais, proporcionando maior segurança e praticidade durante o uso. Devem possuir acabamento reforçado, cabos firmes e resistentes ao calor, além de fácil higienização e alta resistência ao uso contínuo. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	4	182,33	729,32
10.	Kit de canecões confeccionados em alumínio resistente de alta durabilidade, composto por 03 peças nos tamanhos nº 12, 16 e 18. Produtos indicados para aquecimento e preparo de líquidos e alimentos diversos, com acabamento reforçado, cabo anatômico resistente ao calor e estrutura adequada para uso doméstico e institucional. Devem apresentar boa resistência ao uso contínuo, fácil higienização e compatibilidade com fogão a gás. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	5	178,30	891,50
11.	Kit de lixeiras para coleta seletiva, composto por recipientes confeccionados em plástico resistente e de alta durabilidade, destinados à separação de resíduos recicláveis. Cada lixeira deverá possuir tampa, identificação visual conforme padrão de coleta seletiva e estrutura resistente para uso contínuo em ambientes internos e externos. Conjunto composto por cores padronizadas para identificação dos resíduos, tais como papel, plástico, vidro, metal e orgânico, conforme normas ambientais vigentes. Produto de fácil higienização, resistente à umidade e ao manuseio diário. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	4	1.133,00	4.532,00
12.	Lixeira confeccionada em plástico resistente, com capacidade de 100 litros, equipada com tampa e sistema de abertura por pedal, proporcionando praticidade e higiene no manuseio. Produto de fácil limpeza, resistente e adequado para uso institucional. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	30	282,00	8.460,00
13.	Lixeira confeccionada em plástico resistente, com capacidade de 150 litros, equipada com tampa e sistema de acionamento por pedal, garantindo higiene, praticidade e durabilidade. Produto adequado para uso institucional e de fácil higienização. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	30	307,67	9.230,10
14.	Lixeira confeccionada em plástico resistente, com capacidade de 30 litros, contendo tampa com acionamento por pedal, proporcionando higiene e praticidade no descarte de resíduos. Produto resistente e de fácil limpeza. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	50	92,33	4.616,50
15.	Lixeira confeccionada em plástico resistente, com capacidade de 50 litros, equipada com tampa e sistema de abertura por pedal, proporcionando maior higiene e praticidade no uso diário. Produto resistente e de fácil higienização. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	50	109,00	5.450,00

16.	Panela com capacidade mínima de 20 litros, confeccionada em alumínio resistente de alta durabilidade, indicada para preparo de alimentos em grande quantidade. Produto com acabamento reforçado, alças laterais firmes e resistentes em material apropriado para altas temperaturas, proporcionando segurança e praticidade no manuseio. Deve possuir tampa compatível e de encaixe adequado. Indicada para uso doméstico e institucional, compatível com fogão a gás, de fácil higienização e resistente ao uso contínuo. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	3	674,00	2.022,00
17.	Panela de pressão com capacidade mínima de 10 litros, confeccionada em alumínio resistente de alta durabilidade, com fechamento externo seguro e sistema de travamento eficiente. Possui válvula de segurança, válvula reguladora de pressão e cabos/alças anatômicos confeccionados em material antitérmico, proporcionando segurança e praticidade no manuseio. Produto adequado para uso doméstico e institucional, compatível com fogão a gás, de fácil higienização e resistente ao uso contínuo. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	3	511,67	1.535,01
18.	Suporte para coador de café nº 102, confeccionado em plástico resistente ou material equivalente, adequado ao uso doméstico e institucional. Produto deverá apresentar estabilidade, resistência térmica compatível e acabamento regular, sem rebarbas ou rachaduras. Apresentar catálogo e fotos como amostra.	50	19,53	976,50
TOTAL		R\$ 661.221,72		

1.2- VALORES DA CONTRATAÇÃO (VALOR MÁXIMO)

VALOR TOTAL MAXIMO R\$ 661.221,72 (seiscentos e sessenta e um mil, duzentos e vinte e um reais e setenta e dois centavos).

- 1.3 A proposta que se apresentar maior que o máximo exigido em edital será desclassificado certame.
- 1.4 A inexecutabilidade das propostas será analisada e caracterizada conforme os critérios estabelecidos no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5 A empresa vencedora do certame deverá enviar a proposta ajustada com valor unitário de acordo com o lance final, sob pena de desclassificação, somente na fase de adjudicação e solicitação do pregoeiro.
- 1.6 O objeto licitado será recebido provisoriamente e definitivamente de acordo com Art. 140, II – letras a e b e seus parágrafos da Lei Federal 14.133/2021.
- 1.7 Após a divulgação deste Edital no endereço eletrônico, a licitante deverá consignar, em campo adequado do sistema eletrônico, o valor do item cotado, já inclusos os tributos, os fretes, as tarifas e as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação.
- 1.8 O produto deverá ser entregue de forma parcelada conforme demanda e solicitação realizada pelo gestor de contrato e ou secretarias demandantes.
- 1.9 Não há quantidade mínima obrigatória por pedido.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Plataforma BNC (<https://bnc.org.br>).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento na BNC até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:

2.1 A presente contratação destina-se a assegurar o fornecimento contínuo de materiais de limpeza, higiene, conservação, descartáveis e utensílios domésticos necessários ao regular funcionamento das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública do Município de Atalaia/PR.

2.2. Os materiais objeto deste Termo de Referência são considerados bens de consumo de utilização permanente e indispensável para manutenção das condições adequadas de higiene, limpeza, conservação e organização dos prédios públicos, escolas municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, Unidades Básicas de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Almoxarifado Municipal, garagens, departamentos operacionais e demais unidades administrativas.

2.3. A indisponibilidade desses materiais comprometeria diretamente a continuidade dos serviços públicos, podendo ocasionar prejuízos ao atendimento da população, à conservação do patrimônio público, às condições de trabalho dos servidores, ao cumprimento das normas sanitárias e à adequada prestação dos serviços públicos municipais.

2.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais eficiente para a Administração Municipal, uma vez que o consumo dos materiais varia de acordo com as necessidades de cada Secretaria, tornando inviável o armazenamento de grandes quantidades ou a definição exata da demanda durante todo o período de vigência da contratação.

2.5. *A realização da presente licitação observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, interesse público, economicidade, competitividade, transparência e desenvolvimento nacional sustentável, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, buscando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem comprometer a qualidade dos produtos a serem fornecidos.*

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a participação ocorrerá mediante digitação de senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, observadas as condições definidas nesta Seção. A proposta de preços, formulada de acordo com o Anexo I deste Edital e com as especificações detalhadas do objeto, e os documentos de habilitação, na forma disposta neste Edital, deverão ser anexados até a data e a hora marcadas para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA (documento obrigatório na plataforma BNC (Proposta do sistema))

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor expresso em Reais (R\$) Valor previsto do item, mencionar o valor de desconto.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.13. A Proposta Ajustada só deverá ser enviada na fase de ADJUDICAÇÃO, conforme solicitação do Pregoeiro.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pela porcentagem no valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.

5.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações (se for o caso).

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

5.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

5.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

5.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem

naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2 empresas brasileiras;

5.20.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 1 (uma) hora, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, (habilitação), conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores superiores a 70% (setenta por cento) da porcentagem mínima estabelecida no Edital.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semiintegrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.10.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO (documentos obrigatórios a inclusão na plataforma BNC em arquivo PDF) – ANEXO V.

7.1. Os documentos previstos neste e seus anexos, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos obrigatoriamente para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF (**DOCUMENTO SICAF DEVERÁ SER ANEXADO OBRIGATORIAMENTE NA PLATAFORMA NA OPÇÃO DE “OUTROS DOCUMENTOS”**).

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em PDF, caso necessite de assinatura a mesma poderá ser digital (gov.br) ou por cópia devidamente autenticada.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sistema BNC, não será necessário o envio dos documentos físicos, salvo de exigido pelo pregoeiro.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema e os que não estejam contemplados na plataforma BNC, os mesmos serão solicitados por diligência no chat da plataforma e deverão ser encaminhados conforme solicitação e exigência do pregoeiro. Esta condição será permitida apenas na FASE DE HABILITAÇÃO.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação na plataforma BNC, poderá ter a apresentação de novos documentos em sede de diligência por e-mail ou no chat da plataforma, conforme solicitação do pregoeiro, APENAS NA FASE DE HABILITAÇÃO, ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#));

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, chat da plataforma e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

- 8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).
- 8.5. Os prazos dos itens 8.2. e 8.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 8.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.1.1 **Os recursos poderão ser acolhidos somente após a verificação dos requisitos de admissibilidade, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte da licitante.**
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos conforme estabelecido da plataforma BNC.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação;
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato lícitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato lícitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua

motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, caso haja necessidade de alterações no objeto licitado que impactem diretamente na formulação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame, em conformidade com os princípios da publicidade, isonomia e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.betha.cloud/#/IKR2wBO51000hvKMMKC60Q==/consulta/100200> - no site do município.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 Sem prejuízo das disposições contidas no Título III da Lei n. 14.133/2021, o presente Edital e a proposta da Adjudicatária serão partes integrantes do Contrato.



12.11. O Pregoeiro poderá, na fase de julgamento e da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e da validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.13. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

12.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO V – Documentos de Habilitação

ANEXO VI - Declaração de Conhecimento e Atendimento de Critérios Legais e Constitucionais

ANEXO VII - Modelo Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

ANEXO VIII - Modelo de Declaração Unificada

ANEXO IX – Modelo de Proposta Comercial

Prefeitura Municipal de Atalaia Pr, 17 de julho de 2026

CARLOS EDUARDO ARMELIN MARIANI

Prefeito Municipal

Identificação e assinatura da autoridade competente



ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA (elaborado pela secretária demandante) – Arquivo anexo



ANEXO II

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (elaborado pela secretária demandante) – Arquivo anexo

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026

CONTRATO FIRMADO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ATALAIA PARANÁ, E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE ATALAIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça José Bento dos Santos n.º 02 - Centro, com CNPJ sob n.º 75.731.018/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **CARLOS EDUARDO ARMELIN MARIANI**, portador da cédula de identidade/RG n.º 6.826.686-6 SSP/PR e CPF n.º 007.234.789-96, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 77/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 34/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de limpeza, higiene, conservação, descartáveis e utensílios domésticos, mediante realização de Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, visando atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais e demais órgãos integrantes da Administração Pública do Município de Atalaia/PR, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Tabela dos materiais da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. ETP;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo do contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, ou do recebimento definitivo do objeto e respectivo pagamento, o que ocorrer primeiro, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021, ressalvada a garantia técnica, que abrangerá o período de, no mínimo, 12 (doze) meses, o que for maior, a contar do recebimento definitivo, período suficiente para compreender o prazo de entrega e a prestação da garantia do objeto.

Parágrafo primeiro - Em relação à garantia do produto, o contrato produzirá efeitos por todo o período de garantia contratual do objeto, contado a partir do recebimento definitivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no edital, termo de referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total previsto da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO E ENTREGA DO PRODUTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no edital, termo de referência, anexo a este Contrato.

6.2 O produto deverá ser entregue de forma parcelada conforme demanda e solicitação realizada pelo gestor de contrato e ou Secretário Municipal de Obras e Serviços do Município.

6.3 A entrega deverá ser realizada obrigatoriamente em até 3 dias úteis após emissão do empenho, em local indicado pelo gestor de contrato e ou Secretário Municipal de Obras e Serviços do Município.

6.4 Não há quantidade mínima obrigatória por pedido.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1 As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no edital, termo de referência e de acordo com a legislação vigente Lei 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

8.2.2 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.2.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.2.4 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.5 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente no edital, no Termo de Referência e Contrato;

8.2.6 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.2.7 Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.2.7.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.2.7.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

- 8.2.7.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.2.7.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.2.7.5 demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- e
- 8.2.7.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.2.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.2.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.2.9.1 A Administração terá o prazo de 7 dias uteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.2.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 7 dias uteis;
- 8.2.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.2.12 Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato do edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 9.5.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25 Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;
- 9.26 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.26.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.27 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.28 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

- 9.31 Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.32 Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.33 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.34 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.35 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.36 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.37 Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.38 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.39 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.40 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.41 Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.42 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.43 Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.44 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.45 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.46 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.47 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.48 Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.48.1 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.48.2 Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.49 Realizar os serviços de acordo com as exigências da secretaria municipal de obras e transportes.
- 9.50 O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de 150 km do local demandado. Quando for o caso.

9.51 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.52 Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.52.1 Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.53 Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

9.53.1 As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a no que diz a legislação vigente.

9.53.2 Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

9.53.3 Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

9.53.4 Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.53.5 Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.53.6 O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 11.53.4.

9.53.7 O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1 A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7 O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, edital e demais legislação específicas vigentes.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3 Das indenizações e multas.

14.10 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.12 O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.13 Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.14 Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.14.1 a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.14.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.15 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.16 O CONTRATANTE poderá ainda:

14.16.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.16.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.17 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.18 O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste município deste exercício 2026/2027

06.007	06.007.12.365.0004.2044.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR- ESPAÇO DO SABER
07.008	07.008.08.243.0005.6001.3.3.90.30.00	MANTER O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

06.001	06.001.12.122.0004.2032.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
07.002	07.002.08.244.0005.2046.3.3.90.93.00	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
06.001	06.001.12.122.0004.2032.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
05.001	05.001.20.122.0003.2026.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DA AGRICULTURA
08.002	08.002.27.812.0006.2070.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DA UNIDADE ESPORTIVA
09.002	09.002.10.301.0007.2131.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE(UBSs) - ATENÇÃO BÁSICA
06.004	06.004.12.361.0004.2039.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUN. VANIA MARIA SIMÃO
06.004	06.004.12.361.0004.2039.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUN. VANIA MARIA SIMÃO
10.003	10.003.15.452.0008.2084.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO NO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.004	06.004.12.361.0004.2039.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUN. VANIA MARIA SIMÃO
04.001	04.001.04.122.0002.2010.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO
07.002	07.002.08.122.0005.2056.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.007	06.007.12.365.0004.2044.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR- ESPAÇO DO SABER
06.007	06.007.12.365.0004.2047.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DE CRECHE- CRISTOPHER RUMANSKI DOS SANTOS
06.007	06.007.12.365.0004.2047.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DE CRECHE- CRISTOPHER RUMANSKI DOS SANTOS

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1 Fica eleito o Foro de Nova Esperança - Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Prefeitura Municipal de Atalaia Pr,.....de.....2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____



ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (se for o caso)

Modelo gerado pelo sistema betha (não obrigatório para habilitação)

ANEXO V

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO

1.1. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

- **Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal**

- a) **Cópia do contrato social e sua última alteração contratual**, estatuto, regimento, ata ou documento constitutivo assemelhado que comprove a compatibilidade entre o ramo de atividade da empresa proponente e o objeto da licitação, em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Certidão Simplificada da Junta Comercial, com data de emissão não superior a 60 dias da data de abertura da licitação, comprovando o enquadramento como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, isenta no caso de grande empresa;
- c) Comprovante de inscrição no CNPJ;
- d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou, declaração de isenção, em caso de empresa isenta;
- e) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional, Dívida Ativa da União, e Contribuições Previdenciárias**, através da Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, de acordo com a Portaria do MF 358, de 05 de setembro de 2014;
- f) Certidão negativa de **tributos Estaduais**, sede da licitante, que deverá estar em plena validade na data de abertura dos envelopes de habilitação;
- g) Certidão negativa da **Fazenda Pública Municipal**, sede da licitante, que deverá estar em plena validade na data de abertura dos envelopes de habilitação;
- h) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (**FGTS**);
- i) Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei 12.440, de 2011). www.tst.gov.br;
- j) **Alvara de funcionamento**;
- k) **Cópia de rg e cpf dos representantes legais da empresa.**

- **Qualificação Econômica Financeira**

- a) **Certidão negativa falência e concordata, recuperação judicial** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade.
 - a.1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.
 - a.2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.
 - a.3) **Balanco (completo)**, com todas as demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. Em caso de empresas constituídas em menos de 2 anos, balanço patrimonial do último ano e em caso de empresas recém criadas, balanço de abertura e ou declaração. Obrigatório anexar os dois anos na plataforma BNC caso a empresa possua mais de dois anos.

- **Qualificação Técnica**

- a) Atestado(s) e/ou declaração(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de contratação referente a entrega do compras/serviço ao deste processo.
- b) A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando os respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;



- **Declarações (ANEXAR NA BNC EM “OUTROS DOCUMENTOS”)**
Declarações, assinadas por representante legal da proponente:

ANEXO VI - Declaração de Conhecimento e Atendimento de Critérios Legais e Constitucionais
ANEXO VII - Modelo Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso.
ANEXO VIII - Modelo de Declaração Unificada
ANEXO IX – Modelo de Proposta Comercial

1.2 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

1.3 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para envio de documentos que a proponente deixar de anexar na plataforma BNC, exigida para a habilitação.

1.4 Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

1.5 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, apresentadas pelas ME, EPP e MEI será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Lei Federal 14.133/2021.

1.6 A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

1.7 É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, nas fichas técnicas ou documentos, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

1.8 **É OBRIGATÓRIO ANEXAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NA PLATAFORMA BNC, conforme campos específicos, caso o participante não o faça no momento oportuno, deverá inserir todos os documentos de habilitação na plataforma no prazo máximo de 1 (uma) hora, sob pena de desclassificação.**

1.9 Caso haja necessidade do pregoeiro em solicitar documentos complementares dos já apresentados da empresa o mesmo será solicitado em chat da plataforma (deligência) e os documentos solicitados deverão ser encaminhados pelo e-mail corporativo: licitacao2@atalaia.pr.gov.br, esta condição apenas na fase de HABILITAÇÃO.

ANEXO VI

Declaração de Conhecimento e Atendimento de Critérios Legais e Constitucionais

Ao
MUNICÍPIO DE ATALAIA PARANÁ
Referência: Pregão Eletrônico n.º 34/2026

O Signatário da presente, _____ Carteira de Identidade n.º _____, representante legal, em nome da Empresa _____, CNPJ/MF _____, declara:

Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;
Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que elas e submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:
6.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
6.2 Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Agente de Contratação, no prazo que ele estipular;
Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Representante Legal da Empresa
Nome:
CPF:
Assinatura:



ANEXO VII

Modelo Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

MUNICÍPIO DE ATALAIA PARANÁ

Referência: Pregão Eletrônico n.º 34/2026

A Empresa _____, CNPJ/MF _____, DECLARA, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações, e tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Declara ainda que, não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

_____, ____ de _____ 2026.

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

Assinatura:

ANEXO VIII

Modelo de Declaração Unificada

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso **XXXIII do artigo 7º** da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei e que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4) Declaramos que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 5) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº..... e CPF nº....., cuja função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc),
responsável pela assinatura do Contrato.
- 6) Declaramos para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.
- 7) Declaramos, para todos os efeitos legais, que **NÃO** possuo parentesco consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, com membros, servidores ou ocupantes de cargo de direção e assessoramento no âmbito da Administração Pública de Atalaia Pr e por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.
- 8) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail:
Telefone: ()
- 9) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
- 10) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º , para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º 34/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



ANEXO IX

Modelo De Proposta de Preços (para uso também na formalização da proposta ajustada)

Ao
MUNICÍPIO DE ATALAIA PARANÁ
Referência: Pregão Eletrônico n.º 34/2026

Objeto: O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de limpeza, higiene, conservação, descartáveis e utensílios domésticos, mediante realização de Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, visando atender às necessidades de todas as Secretarias Municipais e demais órgãos integrantes da Administração Pública do Município de Atalaia/PR, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

Licitante:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Bairro:
CEP:
Telefone: Fax: E-mail:
Inscrição Estadual:
Cidade: Estado:
Banco: Agência: Conta – corrente:

A Empresa _____, propõe ao MUNICÍPIO DE ATALAIA PR a execução do objeto da Licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o Edital, o contrato e os anexos da licitação em referência.

PROPOSTA

INSERIR A TABELA DO PRÓPRIO EDITAL

1) O prazo de validade da Proposta será de 60 dias corridos, contados a partir da data de abertura da Licitação se vencedor da licitação, assinará o contrato administrativo, na qualidade de representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF _____

_____, ____ de _____ 2026.

Representante Legal da Empresa
Nome:
CPF:
Assinatura: